

Desde o início da revolução tecnológica, vivemos uma ruptura de paradigmas, em vários setores, cujo impacto é sentido especialmente, no âmbito da educação. Poucos anos atrás, o profissional dessa área era apenas um depositário do conhecimento. Sua função era transmiti-lo ao aluno de forma seqüencial, linear e em sessões com hora marcada. Do aluno esperava-se apenas uma atitude passiva e cordata, pelo menos até que atingisse o nível universitário. Reflexão coletiva acontecia, tão-somente, nos raros estabelecimentos onde se implementavam propostas de ensino mais avançadas ou, em nível de mestrado e doutorado; longe do dia-a-dia das escolas.

Muito mais importante que repassar conhecimento é desenvolver no aluno a capacidade de aprender

A nova educação e o papel das empresas*

Ricardo Young**

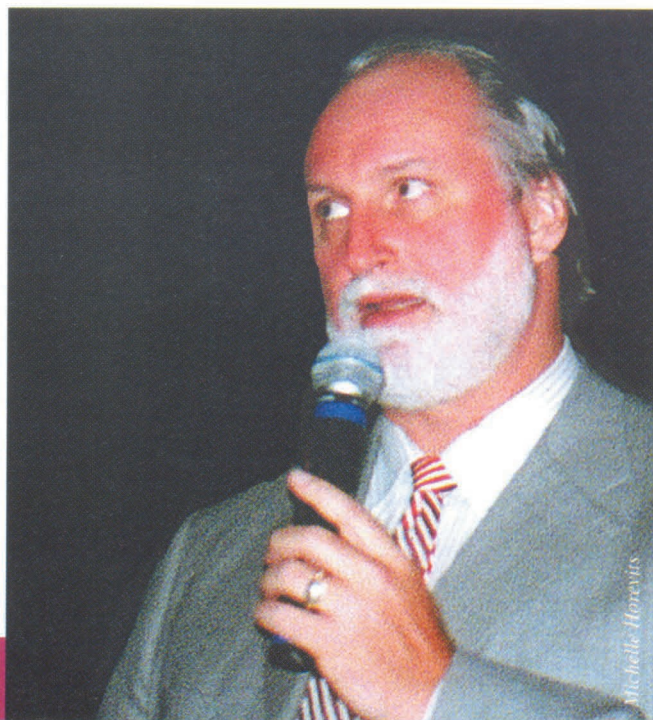
Com a popularização da Internet via Web, no início da década de 90, o conhecimento passa a não ser mais um monopólio de poucos e o professor deixou de ser um guardião do saber. Atualmente, é impossível alguém deter toda informação

Ricardo Young

disponível e num fluxo que se constrói e se renova de modo contínuo. A rede mundial permitiu que o riquíssimo conhecimento acumulado pelas instituições fosse reunido num único meio, disponibilizando-o, de forma atualizada, a todos os interessados; o que conferiu à construção do conhecimento uma nova dinâmica.

Essa mudança radical e veloz traz grandes desafios, tanto para os alunos quanto para as instituições de ensino. O primeiro deles é que o processo de aprendizado não ocorre apenas num certo espaço de tempo ou num determinado local; onde ele se torna ininterrupto. Essa evolução exige que professores e alunos reajam mais prontamente, respondam com maior agilidade.

Outro desafio que se apresenta é a adoção de uma nova postura, em se tratando do ato de ensinar. O professor se tornou, ao mesmo tempo, aprendiz e consultor do processo de construção do conhecimento. Na verdade, todas as pessoas passaram a ser potencialmente aprendizes e consultoras deste. Assim, professor e aluno são desafiados a inter-relacionarem de maneira diferente, já que dos agentes do conhecimento é exigido outro grau de interação. Imprime-se, pois, uma qualidade diferen-



* Palestra Proferida na VI Semana Universitária da UCB, no dia 20/04/2004

** Empresário da área de educação e Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Ethos de empresas e Responsabilidade Social.

ciada no processo de aprendizagem, propiciando outras formas de colaboração entre educador e educando, bem como maior sociabilização do aluno – caminho para a construção da cidadania. Segundo o educador Claudio de Moura Castro, da Rede Pitágoras de Belo Horizonte, “quanto mais tempo ouvindo passivamente a aula, menos se aprende”. Em sua opinião, a participação ativa do aluno é essencial: “Educação requer ouvir, falar, ler, discutir, escrever, trocar idéias. Se não são praticadas todas essas atividades, o ensino está aleijado, fica faltando o outro lado. Portanto, não se pode esperar grandes resultados”.¹

Para a nova educação que se propõe, muito mais importante que repassar conhecimento é formar no aluno a capacidade de aprender, redefinindo o papel da escola, ao lhe atribuir outros objetivos, entre os quais:

- estimular e aprofundar as habilidades cognitivas;
- incentivar a capacidade de discernimento, de trabalhar com processos lógicos e sistêmicos, que permitam correlacionar as informações obtidas e distinguir o que de fato é relevante;
- encorajar na busca dos valores individuais e nos da comunidade que o cerca, refletindo sobre eles e
- desenvolver suas habilidades de comunicação.

Concordamos com o sociólogo italiano Domenico de Masi, autor de obras como *O Ócio Criativo e A Sociedade Pós-Industrial*, para quem “a escola deve estar sempre se atualizando e acompanhando as mudanças da sociedade. Se o mundo precisa de pessoas criativas, a escola deve estimular esse lado. Não podemos mais continuar formando os jovens apenas para o trabalho e o lucro. É preciso oferecer a formação total”. Para De Masi, formação total significa “educar não apenas para o trabalho, mas também para o estudo e para o ócio; para as satisfações e necessidades mais essenciais do ser humano: o amor, a amizade, a diversão, o convívio, a solidariedade, a beleza. Significa formar o cidadão em toda a sua amplitude de homem econômico,

estético, social e ético”.² Portanto, mais do que passar conhecimento, a nova educação forma indivíduos que aprendem a aprender, que se tornam ativos na busca da informação, utilizando como ferramentas básicas a filosofia, a matemática e outras línguas além de seu próprio idioma, ou seja:

- a dimensão filosófica os conduz à lógica formal e ao desenvolvimento de valores – base para a formação da cidadania;
- a matemática os capacita a operar o pensamento abstrato aplicado na prática;
- a língua falada e escrita os possibilita expressar suas idéias com mais eficácia e entender melhor o que ouve e
- o aprendizado de línguas estrangeiras os auxilia no diálogo com outras sociedades e outros valores, aproximando-os do mundo globalizado.

É uma educação para o desenvolvimento, que prepara as pessoas continuamente nesse novo conjunto de habilidades. O grande desafio é criar condições para que o educando se aproprie desse novo ferramental e desenvolva sua criatividade, seu senso de observação, transformando-se numa pessoa mais produtiva e realizada. O novo educador é mais responsável por incitar a investigação filosófica e por monitorar o uso do ferramental disponibilizado ao aluno e menos, pela transmissão de conhecimento. Seu papel é, portanto, o de navegador do educando na aventura de buscar o conhecimento em toda parte, inclusive na sala de aula. Cabe também ao professor, criar condições para que o aluno amplie seu relacionamento, tanto no plano social como no virtual.

Em resumo, uma agenda de educação ideal para nosso país contemplaria os seguintes pontos:

- inclusão digital;
- desenvolvimento das habilidades cognitivas;
- capacitação para a socialização;
- diversidade cultural e universalidade, incluindo o ensino de línguas estrangeiras;

¹ O Despertar do Gigante, Editora Universidade, 2003.

² Entrevista à revista Nova Escola, da Fundação Victor Civita, em outubro de 2000.

- reflexão filosófica – capacidade para refletir sobre valores e
- formação da cidadania na concepção clássica, incluindo a introjeção de valores como o processo coletivo, a construção coletiva do conhecimento, o intercâmbio e o diálogo, o respeito à diversidade e a compreensão da cidadania como dimensão da própria educação.

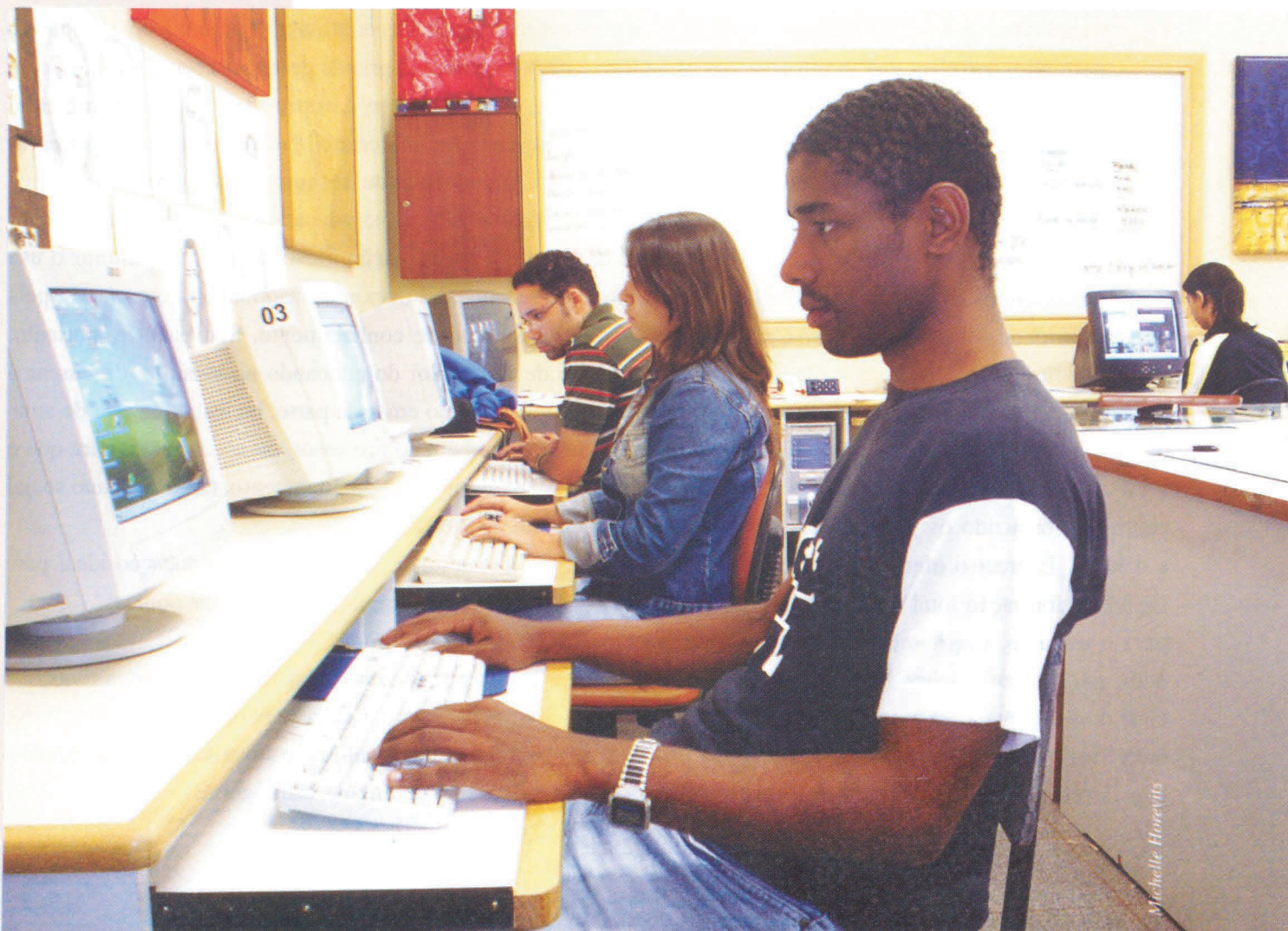
A contribuição das empresas

Embora a educação seja, por princípio, uma atribuição do Estado, a participação da iniciativa privada é extremamente desejável. Como diz Moura Castro, “educação e escola não são assuntos de governo, mas de todos”. Logo, as empresas, um dos pólos mais dinâmicos e inovadores da sociedade, podem e devem contribuir com o desenvolvimento da educação no nosso país.

Essa contribuição pode ocorrer pelo menos de duas

maneiras: 1) pela formação de seus colaboradores, que concorrerão para a construção do conhecimento de que a empresa necessita; 2) pelo apoio a projetos que beneficiem a educação da comunidade, na qual a empresa se localiza.

Tornando-se co-responsável pela formação de seus funcionários, a empresa cria condições para que a construção do conhecimento, necessário ao progresso, seja contínua. O empresário deve compreender que o conhecimento, cujo processo é dinâmico e infindável, deixou de ser um bem que se possa comprar no mercado pela contratação de pessoas talentosas ou pela aquisição de tecnologia. Na verdade, a evolução deste passou a se dar de forma dialógica, devendo, pois, haver uma conscientização de que apenas contratar talentos prontos no mercado não é a solução. Mais do que isso, é preciso investir no aperfeiçoamento do público interno, com a criação de um espaço para seu crescimento ininterrupto,



Michelle Horevitz

podendo ser tão simples como a qualificação de um operário por seu sindicato ou tão complexo quanto a concepção de uma universidade corporativa para complementar a formação acadêmica dos seus profissionais, nas respectivas áreas de atuação.

Para acumular e atualizar o conhecimento indispensável ao incremento de seu desempenho, a empresa pode agir de várias maneiras. A aquisição sistemática de informação em instituições especializadas e a emulação da, já mencionada, universidade corporativa são exemplos disso. Outra forma de garantir que o conhecimento contínuo se verifique é estabelecer uma nova interatividade com os centros de pesquisa, tendo em vista um princípio lógico, mas muitas vezes ignorado: a criação de conteúdo pela universidade é tão importante quanto a sua aplicação nas empresas.

Um exemplo de sucesso de interatividade de empresas com um centro de pesquisas é a verdadeira revolução que ocorre no *agribusiness* brasileiro nas últimas décadas, graças ao fabuloso conhecimento gerado pelas várias unidades da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Dentre as muitas iniciativas de sucesso, destaca-se a inclusão do Cerrado brasileiro no sistema de produção de grãos. Quando a agroindústria passou a utilizar as tecnologias e os cultivos desenvolvidos pela Embrapa, as áreas que compõem o Cerrado se tornaram responsáveis por 41% da produção brasileira de soja, arroz, feijão e milho. A soja, por exemplo, foi plenamente adaptada às condições do país, que se tornou o segundo maior produtor do mundo (58 milhões de toneladas na safra 2003/2004) e é hoje o maior exportador mundial do produto (8,2 bilhões de dólares em 2003).

Apoio à comunidade local

A segunda maneira, mencionada, de se contribuir para o desenvolvimento da educação no país, é a empresa agir na própria comunidade de entorno, ajudando na promoção de condições com vistas ao cumprimento adequado do papel exercido pelos centros de educação locais. Essa participação efetivar-se-á por meio de apoio a organizações não-governamentais, que operam na área da educação. Um exemplo disso é o apoio de empresas à

atuação do Comitê para a Democratização da Informática (CDI), em favor da inclusão digital de populações carentes em todo o país. Esta organização multiplicou em 800 unidades a sua Escola de Informática e Cidadania, em vinte estados brasileiros e em dez outros países. Com mais de 4,1 mil computadores instalados, em toda rede, formou mais de 501 mil alunos, com o apoio de 1,7 mil educadores e cerca de 1 mil voluntários.

Outro bom exemplo são as empresas que apóiam o projeto de aceleração da aprendizagem, construído pelo Instituto Ayrton Senna para o Estado de Pernambuco, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação. A primeira etapa começou em maio de 2003 e engloba 48 municípios pernambucanos. Até 2009, o programa prevê alfabetizar, anualmente, 20 mil alunos com idade entre 8 a 14 anos, bem como acelerar a aprendizagem de 447 mil crianças e adolescentes que acumulam reprovações, reduzindo assim a defasagem entre a faixa etária e a série frequentada.

A empresa pode também atuar diretamente nos centros de educação da comunidade em que está inserida, seja criando condições para que esses centros tenham acesso efetivo a recursos, seja treinando professores, por exemplo. Poderá, ainda, estabelecer parceria com uma escola pública local, desde que ela aconteça na área de ação da empresa. É importante observar esse aspecto, pois, somente agindo em sua área de competência, a empresa poderá agregar valor. Se isso não for possível, é aconselhável não operar diretamente, mas por meio de uma ONG, como nos casos já citados.

Seja de que modo for, investir nessa nova educação — reestruturada, participativa, estimulante — é preparar cidadãos que edificarão uma sociedade mais justa e equitativa para todos os brasileiros.